



CÂMARA DOS DEPUTADOS

***PROJETO DE LEI N.º 7.073, DE 2017** **(Do Sr. Bonifácio de Andrada)**

Acrescenta os incisos I e II ao parágrafo único do art. 318 da Lei 13.105, de 2015 - Código de Processo Civil, para possibilitar a escolha do procedimento oral ou da arbitragem.

DESPACHO:

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
(MÉRITO E ART. 54, RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Projeto apensado: 7668/17

(*) Atualizado em 29/05/17, para inclusão de apensado (1)

Art. 1º. O parágrafo único do art. 318 da Lei 13.105, de 2015 – Código de Processo Civil – passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos I e II:

“Art. 318.....

Parágrafo único.....

I – a parte interessada poderá requerer ao juiz, nos casos de menor complexidade, que o processo tramite pelo procedimento oral ou por meio da arbitragem, de acordo com a Lei 9.307, de 1.996.

II – consideram-se casos de menor complexidade aqueles que não ultrapassem 40 (quarenta) salários mínimos, não se aplicando, independentemente do valor, aos processos que envolvam matéria eleitoral e de família.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

É generalizado em todos os setores da sociedade brasileira a certeza de que a burocracia judicial cada vez mais vem trazendo para a sociedade brasileira momentos de dificuldades para a realização de temas de interesse individual e de interesse genérico.

O presente projeto procura prestigiar o procedimento oral, que em outros tempos já foi muito usado no nosso país, bem como as práticas da arbitragem que está regulamentada em lei, que poderão ser utilizados para solucionar conflitos de menor complexidade e cujo valor da causa não ultrapasse 40 salários mínimos.

Por outro lado, ficam excluídas da presente proposta matérias que envolvam questões familiares e eleitorais, tendo em vista que estas possuem aspectos próprios, que demandam análises mais aprofundadas.

Estes institutos são instrumentos de alta relevância para que os inúmeros processos que congestionam a Justiça brasileira tenham andamento mais rápido, com soluções mais justas e eficazes.

Sala das comissões, em 9 de março de 2017.

Bonifácio de Andrada
Deputado Federal

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015

Código de Processo Civil.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

PARTE ESPECIAL

LIVRO I

DO PROCESSO DE CONHECIMENTO E DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

TÍTULO I

DO PROCEDIMENTO COMUM

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 318. Aplica-se a todas as causas o procedimento comum, salvo disposição em contrário deste Código ou de lei.

Parágrafo único. O procedimento comum aplica-se subsidiariamente aos demais procedimentos especiais e ao processo de execução.

CAPÍTULO II

DA PETIÇÃO INICIAL

Seção I

Dos Requisitos da Petição Inicial

Art. 319. A petição inicial indicará:

I - o juízo a que é dirigida;

II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu;

III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;

IV - o pedido com as suas especificações;

V - o valor da causa;

VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados;

VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.

§ 1º Caso não disponha das informações previstas no inciso II, poderá o autor, na petição inicial, requerer ao juiz diligências necessárias a sua obtenção.

§ 2º A petição inicial não será indeferida se, a despeito da falta de informações a que se refere o inciso II, for possível a citação do réu.

§ 3º A petição inicial não será indeferida pelo não atendimento ao disposto no inciso II deste artigo se a obtenção de tais informações tornar impossível ou excessivamente oneroso o acesso à justiça.

.....

.....

LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996

Dispõe sobre a arbitragem.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis.

§ 1º A administração pública direta e indireta poderá utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.129, de 26/5/2015, publicado no DOU de 27/5/2015, em vigor após 60 \(sessenta\) dias da publicação\)](#)

§ 2º A autoridade ou o órgão competente da administração pública direta para a celebração de convenção de arbitragem é a mesma para a realização de acordos ou transações. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.129, de 26/5/2015, publicado no DOU de 27/5/2015, em vigor após 60 \(sessenta\) dias da publicação\)](#)

Art. 2º A arbitragem poderá ser de direito ou de equidade, a critério das partes.

§ 1º Poderão as partes escolher, livremente, as regras de direito que serão aplicadas na arbitragem, desde que não haja violação aos bons costumes e à ordem pública.

§ 2º Poderão, também, as partes convencionar que a arbitragem se realize com base nos princípios gerais de direito, nos usos e costumes e nas regras internacionais de comércio.

§ 3º A arbitragem que envolva a administração pública será sempre de direito e respeitará o princípio da publicidade. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.129, de 26/5/2015, publicado no DOU de 27/5/2015, em vigor após 60 \(sessenta\) dias da publicação\)](#)

.....

.....

PROJETO DE LEI N.º 7.668, DE 2017

(Do Sr. Bonifácio de Andrada)

Acrescenta os incisos I e II ao parágrafo único do art. 318 da Lei 13.105, de 2015 - Código de Processo Civil, para possibilitar a escolha do procedimento da arbitragem em processos judiciais.

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PL-7073/2017.

Art. 1º. O parágrafo único do art. 318 da Lei 13.105, de 2015 – Código de Processo Civil – passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos I e II:

“Art. 318.....

Parágrafo único.....

I – havendo entendimento e a devida comunicação ao juiz, as partes poderão optar pelo procedimento da arbitragem, de acordo com a Lei 9.307, de 1.996.

II – ocorrendo divergências sobre a escolha do árbitro, a Ordem dos Advogados do Brasil local deverá ser convocada para indicar um representante para conduzir a arbitragem”.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

É de conhecimento de todos os setores da sociedade brasileira que a burocracia judicial, cada vez mais crescente, vem sendo incapaz de oferecer soluções aos diversos conflitos que surgem na coletividade.

Assim sendo, o presente projeto de lei procura prestigiar as práticas da arbitragem que está regulamentada na Lei 9.307, de 1.996, que poderão ser utilizadas para solucionar conflitos que costumam durar anos sem alcançar soluções concretas.

Dessa forma, o instituto da arbitragem, juntamente com suas práticas modernas, é um instrumento de alta relevância para que os inúmeros processos que congestionam a Justiça brasileira tenham andamento mais rápido, com soluções mais justas e eficazes.

Sala das comissões, em 17 de maio de 2017.

Bonifácio de Andrada
Deputado Federal

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015

Código de Processo Civil.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

PARTE ESPECIAL**LIVRO I****DO PROCESSO DE CONHECIMENTO E DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA****TÍTULO I****DO PROCEDIMENTO COMUM****CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 318. Aplica-se a todas as causas o procedimento comum, salvo disposição em contrário deste Código ou de lei.

Parágrafo único. O procedimento comum aplica-se subsidiariamente aos demais procedimentos especiais e ao processo de execução.

CAPÍTULO II**DA PETIÇÃO INICIAL****Seção I****Dos Requisitos da Petição Inicial**

Art. 319. A petição inicial indicará:

I - o juízo a que é dirigida;

II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu;

III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;

IV - o pedido com as suas especificações;

V - o valor da causa;

VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados;

VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.

§ 1º Caso não disponha das informações previstas no inciso II, poderá o autor, na petição inicial, requerer ao juiz diligências necessárias a sua obtenção.

§ 2º A petição inicial não será indeferida se, a despeito da falta de informações a que se refere o inciso II, for possível a citação do réu.

§ 3º A petição inicial não será indeferida pelo não atendimento ao disposto no inciso II deste artigo se a obtenção de tais informações tornar impossível ou excessivamente oneroso o acesso à justiça.

LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996

Dispõe sobre a arbitragem.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º As pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis.

§ 1º A administração pública direta e indireta poderá utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.129, de 26/5/2015, publicado no DOU de 27/5/2015, em vigor após 60 (sessenta) dias da publicação)

§ 2º A autoridade ou o órgão competente da administração pública direta para a celebração de convenção de arbitragem é a mesma para a realização de acordos ou transações. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.129, de 26/5/2015, publicado no DOU de 27/5/2015, em vigor após 60 (sessenta) dias da publicação)

Art. 2º A arbitragem poderá ser de direito ou de equidade, a critério das partes.

§ 1º Poderão as partes escolher, livremente, as regras de direito que serão aplicadas na arbitragem, desde que não haja violação aos bons costumes e à ordem pública.

§ 2º Poderão, também, as partes convencionar que a arbitragem se realize com base nos princípios gerais de direito, nos usos e costumes e nas regras internacionais de comércio.

§ 3º A arbitragem que envolva a administração pública será sempre de direito e respeitará o princípio da publicidade. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.129, de 26/5/2015, publicado no DOU de 27/5/2015, em vigor após 60 (sessenta) dias da publicação)

.....
.....

FIM DO DOCUMENTO
